

Porto Alegre, 15 de abril de 2015.

À equipe de licenciamento da SMAM,

Após participar das duas audiências públicas sobre o empreendimento "**Parque do Pontal**", a Mobicidade vem, por meio deste, fazer os seguintes questionamentos sobre o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA):

1. O relatório classificou como positiva a qualidade do transporte público na região. Gostaríamos de saber como pôde ser avaliado como positivo quando inexistente qualquer linha de transporte coletivo que garanta o acesso da população à orla do Guaíba entre o Gasômetro e o viaduto da avenida Pinheiro Borda e a dificuldade para quem se encontra na área do Pontal do Estaleiro e Iberê Camargo para tomar um ônibus em direção ao Centro.
2. As medidas compensatórias para mitigar o impacto do trânsito gerado pelo empreendimento preveem a construção de 8 novas faixas de trânsito. Gostaríamos de saber quais estudos foram realizados e quais modelos foram utilizados para chegar à conclusão de que essas modificações realmente resolverão os congestionamentos causados pelo empreendimento.
3. Gostaríamos de saber se a comissão que elaborou o RIMA levou em conta, ao propor as medidas compensatórias para o trânsito, o Paradoxo de Braess e a demanda induzida causada pela ampliação das vias. Essa teoria, cada vez mais adotada por planejadores urbanos, vem guiando as estratégias de mobilidade dos grandes centros urbanos, e mostra que a ampliação de vias não resolve os congestionamentos, pelo contrário, inclusive aumentaria seu volume. Está mais do que provada a ineficácia de tais medidas. Cidades que investiram pesado na ampliação de vias, como São Paulo, enfrentam congestionamentos cada vez maiores, enquanto que as únicas cidades no mundo que obtiveram melhorias na mobilidade urbana foram aquelas que deram prioridade total ao transporte coletivo e alternativas ao automóvel individual.
4. Por quê as medidas mitigadoras do impacto do empreendimento no trânsito da região não prevêem medidas focadas no transporte coletivo, já que esta é a única solução definitiva para os congestionamentos?
5. Entre as iniciativas concebidas para mitigar a emissão de poluentes, as únicas medidas compensatórias apresentadas no relatório foram a implantação de exaustores, referindo-se obviamente à qualidade do ar dentro da garagem do empreendimento. Mas e a mitigação dos efeitos desses gases na região, no clima e na saúde da população? É bem sabido que muitos dos casos de doenças respiratórias são causados pela má qualidade do ar e a principal causa da poluição atmosférica em Porto Alegre são justamente as emissões dos escapamentos dos veículos. Um estudo da Universidade Federal de Ciências da Saúde Porto Alegre (UFCSPA) estimou que o município gasta cerca de R\$360 milhões por ano para tratar problemas respiratórios causados pela poluição atmosférica, que também pode causar problemas de memória e aprendizado. Isso para não falar dos gases causadores de efeito estufa que estão causando mudanças catastróficas no clima do planeta. Por que não estão previstas os únicos tipos de medidas compensatórias que pode ter efeito positivo

sobre a qualidade do ar e efeito estufa, como o investimento em transporte público eficiente e de qualidade, plantio e manutenção de áreas verdes ao longo das vias e na região afetada?

Portanto, é do entendimento da Mobicidade que as medidas compensatórias previstas pelo RIMA do empreendimento "Parque do Pontal" não mitigam seus impactos, mas os ignoram e amplificam, uma vez que só vão intensificar ainda mais o trânsito de automóveis particulares e o impacto de sua circulação.

Sinceramente,

Coordenador de Comunicação e Relações Institucionais  
Mobicidade – Associação Pela Mobilidade Urbana em Bicicleta  
[www.mobicidade.org](http://www.mobicidade.org)